



PODER JUDICIÁRIO – ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
Av. Des. Guerra Barreto, Joana Bezerra. Ilha do Leite/PE
Fórum Des. Rodolfo Aureliano

AÇÃO ORDINÁRIA Nº 001.2004.039541-4

AUTORA: MARIA DIVANE SOUZA BARRETO

RÉU: FUNAPE/IRH

S E N T E N Ç A

Vistos, etc...

MARIA DIVANE SOUZA BARRETO, devidamente qualificada na peça vestibular, através de advogado legalmente habilitado ajuizou a presente Ação Ordinária em face da FUNAPE/IRH.

Alega a autora que é pensionista e que o valor de sua pensão, não corresponde a totalidade dos proventos do ex-servidor, caso vivo estivesse, infringindo o art. 40, § 5º da Constituição Federal.

O pedido expressasse da seguinte maneira:

"que os réus corrijam imediatamente a pensão d autora, pagando-lhe o benefício previdenciário na sua integralidade, equivalente à totalidade da remuneração ou vencimentos que o ex-servidor perceberia se vivo estivesse, em cumprimento aos comandos normativos abordados, especialmente ao art. 40 da CF/88".

ALB





PODER JUDICIÁRIO – ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
Av. Des. Guerra Barreto, Joana Bezerra. Ilha do Leite/PE
Fórum Des. Rodolfo Aureliano

Regularmente citado o réu manifestou-se através de contestação as fls. 71/85, rechaçando as alegações dos autores. O ilustre representante do Ministério Público ofertou fundamentado parecer às fls. 133/135, pugnando pela procedência da ação.

É o relatório. Passo a decidir.

O art. 40, parágrafos 7º e 8º da Carta Magna preceitua que os pensionistas devem perceber as pensões na totalidade dos vencimentos ou proventos a que teria direito o servidor falecido, se vivo estivesse.

O entendimento do Órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal é pacífico no sentido de que o referido dispositivo constitucional possui aplicabilidade imediata, independentemente de norma complementar, fixando os mesmos limites de remuneração para os servidores da ativa, aposentados e pensionistas, uma vez que o § 8º do art. 40 da nossa Lei Maior assegura o direito de revisão das aposentadorias e pensões na mesma proporção e na mesma data em que ocorrer a modificação na remuneração dos servidores em atividade, inclusive quaisquer benefícios ou vantagens posteriores que a eles sejam aplicados.

Isto posto, com fundamento no acima expendido, **julgo procedente a ação**, determinando o pagamento das diferenças dos benefícios, acrescido dos juros e correções monetárias, observado o prazo da prescrição quinquenal.

ALB

Q





139
M

PODER JUDICIÁRIO – ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
Av. Des. Guerra Barreto, Joana Bezerra. Ilha do Leite/PE
Fórum Des. Rodolfo Aureliano

Condene o réu ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Estando sujeita a presente decisão ao duplo grau de jurisdição, nos termos do artigo 475 do C.P.C., recorro de ofício à superior instância, devendo os autos serem remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça, após o transcurso do prazo para recurso voluntário.

P.R.I.

Recife, 30/30/ 2006.

Dra. Clara Maria de Lima Callado

Juíza de Direito

ALB

